



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT  
CNPJ: 15.023.930/0001-38



PREFEITURA DE COLÍDER  
TRABALHAR PARA CRESCER

PROTOCOLO

Projeto de Lei nº 123/2018  
Autoria: Poder Executivo

Sob nº 814  
Em 01/10/2018

LEI Nº

*Bonifácio*  
1º Secretário

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR A CESSÃO DE ÁREA PÚBLICA PARA A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLIDER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. **NOBORU TOMIYOSHI**, no uso de suas atribuições legais, e em obediência à Constituição Federal, Constituição do Estado, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica do Município e demais legislações, faz saber que a Câmara Municipal de Colíder/MT., aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder o terreno público denominado de **Lote Urbano de nº. 13, da Quadra nº 04**, da Planta Oficial do Município, com área total de 5.498,98 m<sup>2</sup>, (cinco mil quatrocentos e noventa e oito e noventa e oito ) **localizado no Residencial de Chácara Bela Vista I**, Limites e dimensões: **Frente** :45,31 m – Rua Mirante **Fundo**:13,70m – Parte “D” da Chácara Bela Vista, 20,86m e 4,25m – Lote 745 da Gleba Cafezal **Lado Direito**:37,48m- Lote 746 da Gleba Cafezal e 60,86m – Lote 745 da Gleba Cafezal; **Lado Esquerdo**:136,00 m- **Lote nº12,14 e Rua Sol Poente** conforme Memorial Descritivo que passa a fazer parte integrante desta Lei, à **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLIDER**, com sede na Rua Luiz Aldorí Neves Fernandes, 771, inscrita no CNPJ sob nº 01.301.167/0001-55

**Artigo 2º** - O terreno público, objeto da cessão de que trata esta lei, será destinado, obrigatoriamente, para desenvolver atividades terapêuticas e ocupacionais, compreendendo a EQUOTERAPIA e outras congêneres em benefício dos educandos.

**Artigo 3º** - A **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLIDER** terá um prazo de 06 (seis) meses para dar início às obras de edificação, e o prazo de 02 (dois) anos para início das atividades terapêuticas, sob pena de reversão da cessão, não fazendo jus a qualquer indenização pelas benfeitorias implantadas nos imóveis públicos cedidos por força desta lei.

**Artigo 4º** - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 25 de setembro de 2018.

**NOBORU TOMIYOSHI**  
Prefeito Municipal de Colíder-MT